

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.784.499 - SP (2018/0323362-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA E OUTRO(S) -
MG111202
MARIANA JUBIM DA COSTA - RJ163330
ANDRE LUIZ DO RÊGO MONTEIRO TAVARES PEREIRA E
OUTRO(S) - SP344647
AGRAVADO : LUIZ FELIX DE LIMA
AGRAVADO : ANA MARIA DE OLIVEIRA ROSA
AGRAVADO : MARIA JOSE TORRES CRUZ
AGRAVADO : LORINETE DA SILVA CERNY
AGRAVADO : JOAO BATISTA DOS SANTOS
AGRAVADO : NELSON JOSE FERNANDES
AGRAVADO : LUCIENE MARTINS CARDOSO
AGRAVADO : ALCHIMEDES CARNEVALI
AGRAVADO : ESTELITA DA SILVA SANTOS
AGRAVADO : EVA DE OLIVEIRA PERAZZOLI
AGRAVADO : CINIRA MOURA
AGRAVADO : LOURDES VITOR
AGRAVADO : VALDICE BORGES
AGRAVADO : ADELINA DE SOUZA NERES
AGRAVADO : JOAO CECILIO MAGALHAES
AGRAVADO : SEBASTIÃO BENEDITO VITORINO
ADVOGADOS : GUILHERME LIMA BARRETO - SC007843
PEDRO EGÍDIO MARAFIOTTI E OUTRO(S) - SP110669
RICARDO BIANCHINI MELLO - SC014045
HENRIQUE JOSE BOAVENTURA VIEIRA - SP311349

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO
CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE
NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INCONFORMISMO DA RÉ.

1. Alterar a conclusão da Corte Estadual acerca da cobertura da apólice securitária quanto aos vícios de construção demandaria interpretação de cláusulas contratuais e reexame de provas, o que atrai a incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.

2. Sem a fixação, pelas instâncias ordinárias, do termo inicial para a contagem do prazo prescricional não é possível, em sede de recurso especial, reconhecer o advento da prescrição, sob pena de esbarrar nos óbices dos enunciados das Súmulas 7 e 83 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

